DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOSSO DESEMPENHO

• Prêmios emitidos
Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram, em 2023, R$ 4.953,2 milhões, com aumento de R$ 399,2 milhões ou 8,8% em relação ao ano anterior.
• Despesas administrativas
Em 2023, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 8,9%, com redução de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior, dando continuidade ao aumento da eficiência operacional observado nos últimos anos.
• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou, em 2023, R$ 222,3 milhões, com aumento de R$ 93,2 milhões, ou 72,2% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável.
• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2023, foi de 90,1%, com redução de 13,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2023, foi de 86,1%, com redução de 14,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente da redução de 12,2 pontos percentuais no índice de sinistralidade.
• Lucro líquido por ação
O lucro de 2023 foi de R$ 424,7 milhões, com aumento de R$ 409,6 milhões em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 193.057, em 2023, e R$ 6.527, em 2022.
• Declaração de capacidade financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2023 apresentou duas surpresas relevantes no ambiente econômico. Por um lado, o crescimento global foi consideravelmente mais forte do que o antecipado ao final de 2022. Ao mesmo tempo, e a despeito do crescimento surpreendente, a inflação global registrou forte desaceleração no ano. Isto é ainda mais relevante se considerarmos que as taxas de desemprego nas principais economias permaneceram muito próximas às mínimas históricas.
Durante o último trimestre de 2023, esta combinação do ambiente de atividade sólida, mercado de trabalho resiliente e inflação em desaceleração configura o assim chamado pouso-suave ("soft landing", na sigla em inglês) e levou a uma forte reorientação das expectativas para a política monetária dos EUA, em 2024.
Os juros básicos da principal economia global, atualmente em 5,25-5,50% devem ser gradativamente afrouxados a partir do final do primeiro trimestre do ano. Por sua vez, este alívio monetário nos EUA alivia as condições financeiras globais (através, por exemplo, de um dólar global mais fraco), permitindo que os juros básicos caiam também em outras jurisdições.
Os determinantes desta queda da inflação merecem maior atenção: os preços das commodities metálicas e alimentícias desaceleraram fortemente durante o ano. O petróleo Brent, por exemplo, registrou queda de 11% no ano. Dentre os componentes subjacentes, a inflação de bens também registrou forte desaceleração em decorrência da normalização dos padrões de consumo e das cadeias produtivas após o choque da Covid e da Guerra da Ucrânia.
Por outro lado, os serviços permanecem no geral pressionados tanto em economias desenvolvidas como também em economias emergentes. Este componente da inflação tende a ser cíclico e, portanto, altamente correlacionado com a taxa de desemprego. Assim, apesar de existir espaço para o já mencionado corte de juros nas principais economias do mundo, este deverá permanecer acima da média do que prevaleceu durante os anos anteriores à Covid.
Além da extensão e intensidade do ciclo de corte de juros, as atenções no cenário internacional estarão naturalmente centradas nas eleições presidenciais dos EUA (nov/24) e nas perspectivas fiscais para esta economia. Ademais, a atenção dos mercados globais também recairá sobre a possibilidade de que a dinâmica de crescimento chinês siga mostrando a ampla tendência de desaceleração observada desde meados da década passada.
A dinâmica brasileira é semelhante à observada no restante do mundo, mas contém algumas nuances específicas. Em termos de atividade, 2023 trouxe um PIB mais forte do que o esperado, puxado principalmente por um forte desempenho do setor agro durante o primeiro trimestre do ano. Durante o segundo semestre, os sinais de desaceleração da atividade ficaram mais evidentes, mas foi possível evitar uma recessão no ano dado o desempenho acima do esperado durante o terceiro trimestre. Junto à surpresa da atividade, o mercado de trabalho também se mostrou mais resiliente e a taxa de desocupação permanece baixa para padrões históricos na virada do ano. A perspectiva de uma taxa de juros ainda elevada deverá contribuir para o aumento do desemprego à frente.
De toda forma, somando-se a resiliência do mercado de trabalho, o aumento das transferências do governo e a queda da inflação, a massa de renda real permanece em expansão e ajuda a sustentar a atividade a despeito do aperto monetário.
Em termos de inflação, a dinâmica de arrefecimento de commodities e normalização das cadeias produtivas contribuiu para uma forte queda dos preços de alimentos, combustíveis e bens industriais durante o ano. A desinflação destes componentes ainda foi amplamente amparada pela valorização do real contra o dólar, movimento intensificado novamente durante o último trimestre do ano.
A inflação de serviços também arrefeceu, mas dado o aperto do mercado de trabalho e a resiliência da renda das famílias, permanece com uma trajetória que, por si, é incompatível com o cumprimento da meta de inflação. Ou seja, os outros componentes (alimentação e bens industriais) terão de seguir com ampla desinflação para compensar a inflação de serviços e permitir a continuidade do ciclo de cortes da taxa Selic.
O último fator doméstico que merece destaque é a política fiscal. Após registrar superávit durante 2022, a queda dos preços das commodities, da inflação e a aprovação da chamada PEC de transição levaram novamente a um déficit primário durante 2023. Os desafios desta esfera macroeconômica são significativos e há perspectiva de que a meta de déficit zero seja alterada ao final do primeiro trimestre.
Assim, a dinâmica da dívida em relação ao PIB deverá seguir em ascensão, o que por sua vez sustentará o prêmio de risco doméstico e manterá as expectativas de inflação longas (como pode ser apurado na pesquisa Focus do Banco Central) acima da meta. Ou seja, a condução mais restritiva da política fiscal ajudaria em reduzir o nível da Selic terminal.
Considerando-se todos estes fatores, antevemos a manutenção do ciclo de cortes da taxa Selic ao ritmo de 50 pontos-base por reunião do Copom até julho/24, quando a taxa chegará a 9,25%.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**3.238.586**	**2.921.608**
Disponível		65.711	64.299
Caixa e bancos		65.711	64.299
Equivalentes de caixa	7	17.218	143.024
Aplicações	8	776.393	556.354
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.820.690	1.661.721
Prêmios a receber	9.1	1.820.690	1.661.261
Operações com resseguradoras		–	460
Outros créditos operacionais		26.362	12.779
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19.1	1.073	1.976
Títulos e créditos a receber		3.859	1.117
Títulos e créditos a receber		–	303
Créditos tributários e previdenciários	10	627	483
Outros créditos		3.232	331
Outros valores e bens	12	70.743	80.980
Bens à venda		70.434	80.534
Outros valores		309	446
Despesas antecipadas		5.076	4.877
Custos de aquisição diferidos	13	451.461	394.481
Seguros		451.461	394.481
Não circulante		**1.582.792**	**1.557.740**
Realizável a longo prazo		1.455.894	1.377.351
Aplicações	8	1.265.158	1.111.232
Títulos e créditos a receber		177.592	246.471
Créditos tributários e previdenciários	10	86.041	157.077
Depósitos judiciais e fiscais	11	90.184	86.302
Outros créditos		1.367	3.092
Outros valores e bens	12	12.807	19.326
Despesas antecipadas		328	304
Custos de aquisição diferidos	13	9	18
Seguros		9	18
Investimentos		82	5.263
Participações societárias		82	167
Imóveis destinados à renda		–	5.096
Imobilizado	14	59.591	114.472
Imóveis de uso próprio		56.653	110.006
Bens móveis		2.938	4.466
Intangível	15	67.225	60.654
Outros intangíveis		67.225	60.654
Total ativo		**4.821.378**	**4.479.348**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Circulante		**3.365.234**	**3.113.637**
Contas a pagar		242.664	194.202
Obrigações a pagar	16.1	59.672	53.030
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	139.434	128.801
Encargos trabalhistas		8.770	5.107
Impostos e contribuições		33.371	6.082
Outras contas a pagar		1.417	1.182
Débitos de operações com seguros e resseguros		76.087	81.409
Prêmios a restituir		542	196
Corretores de seguros e resseguros	17	65.911	68.348
Outros débitos operacionais		9.634	12.865
Depósitos de terceiros	18	9.144	6.703
Provisões técnicas - seguros	19	3.037.339	2.831.323
Danos		3.037.059	2.831.082
Pessoas		280	241
Não circulante		**199.582**	**204.327**
Contas a pagar		25.583	41.729
Obrigações a pagar	16.1	3.616	2.881
Tributos diferidos	10.1.3	21.967	38.848
Provisões técnicas - seguros	19	99.384	90.579
Danos		98.476	89.757
Pessoas		908	822
Outros débitos		74.615	72.019
Provisões judiciais	20.1	74.615	72.019
Patrimônio líquido	**21**	**1.256.562**	**1.161.384**
Capital social		922.331	847.578
Aumento de capital (em aprovação)		–	128.050
Reservas de reavaliação		242	2.251
Reservas de lucros		356.775	226.718
Ajustes de avaliação patrimonial		(22.786)	(43.213)
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.821.378**	**4.479.348**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Prêmios emitidos	22	4.953.208	4.554.034
Variações das provisões técnicas de prêmios...	23	(140.682)	(452.440)
Prêmios ganhos	**22**	**4.812.526**	**4.101.594**
Sinistros ocorridos	**24**	(2.794.390)	(2.883.931)
Custos de aquisição	**25**	(943.166)	(859.750)
Outras receitas e despesas operacionais	**26**	(55.535)	(82.119)
Resultado com resseguro		**(1.131)**	**(3.215)**
Despesa com resseguro		(1.131)	(3.215)
Despesas administrativas	**27**	**(428.118)**	**(367.233)**
Despesas com tributos	**28**	**(114.365)**	**(66.311)**
Resultado financeiro	**29**	**222.252**	**129.079**
Resultado patrimonial		**(131)**	**2.091**
Resultado operacional		**697.942**	**(29.795)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**3.126**	**5.860**
Resultado antes dos impostos e participações	**10.2**	**701.068**	**(23.935)**
Imposto de renda	**10.2**	**(161.619)**	**27.892**
Contribuição social	**10.2**	**(102.214)**	**16.384**
Participações sobre o lucro		**(12.509)**	**(5.276)**
Lucro líquido do exercício		**424.726**	**15.065**
Quantidade de ações		2.200	1.418
Lucro líquido por ação - R$		193.057	10.624

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	**424.726**	**15.065**
Outros resultados abrangentes	**20.427**	**8.449**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	34.768	12.867
Efeitos tributários	(13.907)	(5.147)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(723)	1.214
Efeitos tributários	289	(485)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	**445.153**	**23.514**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/ redução de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021		**503.578**	**171.000**	**2.565**	**299.652**	**(51.662)**	**–**	**925.133**
Dividendos pagos exercícios anteriores		–	–	–	(15.000)	–	–	(15.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	6.052	–	–	6.052
Ações outorgadas		–	–	–	(2.709)	–	–	(2.709)
JCP aumento de capital		–	–	–	(73.000)	–	–	(73.000)
Aumento/redução de capital								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 650		20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 684		100.000	(100.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 957		51.000	(51.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1068		40.000	–	–	–	–	–	40.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1085		25.000	–	–	–	–	–	25.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1131		10.000	–	–	–	–	–	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1150		5.000	–	–	–	–	–	5.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1202		8.000	–	–	–	–	–	8.000
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1215		85.000	–	–	–	–	–	85.000
AGE de 28 de julho de 2022		–	20.000	–	–	–	–	20.000
AGE de 31 de outubro de 2022		–	62.050	–	–	–	–	62.050
AGE de 28 de dezembro de 2022		–	46.000	–	–	–	–	46.000
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação		–	–	(314)	–	–	314	–
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	8.449	–	8.449
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	15.065	15.065
Proposta para distribuição do resultado								
Reserva legal		–	–	–	753	–	(753)	–
Reservas estatuárias		–	–	–	10.970	–	(10.970)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários		–	–	–	–	–	(3.656)	(3.656)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022		**847.578**	**128.050**	**2.251**	**226.718**	**(43.213)**	**–**	**1.161.384**
Dividendos pagos exercícios anteriores	21 e	–	–	–	(122.343)	–	–	(122.343)
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	21	–	–	–	4.711	–	–	4.711
Ações outorgadas controladora/controladas	21	–	–	–	(4.046)	–	–	(4.046)
Aumento/ redução de capital em aprovação								
Redução de capital em aprovação	21 a	–	(53.297)	–	–	–	–	(53.297)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1380	21 a	20.000	(20.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1385	21 a	62.050	(62.050)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1392	21 a	46.000	(46.000)	–	–	–	–	–
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 1548	21 a	(53.297)	53.297	–	–	–	–	–
Reserva de reavaliação								–
Realização parcial por depreciação	21 c	–	–	(2.009)	–	–	2.009	–
Ajustes de avaliação patrimonial	21 b	–	–	–	–	20.427	–	20.427
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	424.726	424.726
Proposta para distribuição do resultado								
Reserva legal	21 d (i)	–	–	–	21.236	–	(21.236)	–
Reservas estatuárias	21 d (ii)	–	–	–	230.499	–	(230.499)	–
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários	21 e	–	–	–	–	–	(175.000)	(175.000)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023		**922.331**	**–**	**242**	**356.775**	**(22.786)**	**–**	**1.256.562**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	424.726	15.065
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	11.311	11.051
Ganho/perda por redução ao valor recuperável dos ativos...	(2.138)	890
Ganho/perda na alienação de imobilizado e intangível	(3.126)	(5.861)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	155.563	443.056
Resultado de equivalência patrimonial	85	(30)
Outros ajustes	–	(68)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(373.965)	(255.775)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(156.831)	(366.741)
Ativos de resseguro	903	2.903
Créditos fiscais e previdenciários	(144)	(25.641)
Ativo fiscal diferido	71.036	(19.021)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.882)	(2.616)
Despesas antecipadas	(223)	85
Custos de aquisição diferidos	(56.971)	(34.263)
Outros ativos	7.396	(14.919)
Impostos e contribuições	(186.467)	958
Outras contas a pagar	21.683	33.094
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.322)	15.555
Depósitos de terceiros	2.441	2.340
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	59.258	15.924
Provisões judiciais	2.596	2.349
Outros passivos	24.750	11.793
Caixa líquido consumido nas operações	**(7.321)**	**(169.872)**
Imposto sobre o lucro pago	197.100	–
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**189.779**	**(169.872)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	58.790	131.197
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(506)	(379)
Intangível	(18.159)	(26.888)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**40.125**	**103.930**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(53.297)	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(301.000)	(88.000)
Aumento de capital	–	301.050
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**(354.297)**	**213.050**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(124.393)**	**147.108**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**207.323**	**60.215**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**82.929**	**207.323**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 99615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:09:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 16º aos 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Azul Companhia de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1. INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 30 de maio de 2023, foi aprovada a subscrição integral das ações da Companhia para a controladora Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, sendo a subscritora Porto Seguro S.A.

O grupo Porto se estruturou em verticais com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio, potencializando soluções que impulsionem o crescimento das operações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Em consonância à Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CIRCULAR SUSEP Nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º janeiro de 2024, a Companhia desenvolva um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1° de janeiro de 2023, porém ainda não referendado pela SUSEP.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos.

Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

Adicionalmente, em julho de 2022, a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição à curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente "impairment".

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2023.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS "IMPAIRMENT"

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4.1 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.4.2 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.4.3 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.6 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do período.

3.7 IMOBILIZADO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

3.9 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.10 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.10.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

3.10.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

continua

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:10:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistros a ocorrer.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 68,5%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.11 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.12 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.13 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.13.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.10.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.13.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.14 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.16 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos "impairment", (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado da Companhia, o qual tem como objetivo revisar e aprovar anualmente a Política de Gestão de Riscos do Grupo, monitorar e o Apetite ao Risco do Grupo e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 31 de dezembro de 2023, 91,2% (95,5% em 31 de dezembro de 2022) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared").

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresse), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	125.841	–	202.080	–
Fluxo de 1 a 30 dias	509.972	313.916	616.088	237.835
Fluxo de 2 a 6 meses	1.021.855	1.247.971	390.479	1.555.999
Fluxo de 7 a 12 meses	300.481	638.061	403.828	595.694
Fluxo acima de 1 ano	1.911.890	179.739	1.391.277	172.763
	3.870.039	2.379.687	3.003.752	2.562.291

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Inflação (IPCA/IGPM)	62,2%	62,8%
Prefixados	25,1%	19,0%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	9,9%	15,3%
Ações	0,8%	1,1%
Outros	2,0%	1,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error", "Benchmark-VaR" e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(72.248)
	+ 25 b.p.	(37.094)
	+ 10 b.p.	(15.079)
	- 10 b.p.	15.079
	- 25 b.p.	37.094
	- 50 b.p.	72.248
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(11.697)
	+ 25 b.p.	(5.989)
	+ 10 b.p.	(2.429)
	- 10 b.p.	2.429
	- 25 b.p.	5.989
	- 50 b.p.	11.697
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(818)
	+ 25 b.p.	(682)
	+ 10 b.p.	(545)
	- 10 b.p.	545
	- 25 b.p.	682
	- 50 b.p.	818
Ações	± 34%	28.017
	± 17%	14.008
	± 9%	7.004

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:11:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

• Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.

• Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.

• Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

• Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.

• Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Localidade (*)	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Região Sudeste	70,7%	71,0%
Região Sul	12,9%	12,3%
Região Nordeste	9,6%	10,0%
Região Centro-Oeste	5,8%	5,6%
Região Norte	1,0%	1,1%

(*) Não inclui valores de RVNE no montante de R$ 1.004 (R$ 4.504 em 31 de dezembro de 2022).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.10.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(286.753)	(549.342)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(312.805)	(667.762)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

Já a atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP, e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do grupo, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papeis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido	**1.256.562**	**1.161.384**
(+/–) Ajustes contábeis	**(72.711)**	**(102.489)**
Participações societárias	(82)	(167)
Despesas antecipadas	(5.404)	(5.181)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	–	(36.487)
Ativos intangíveis	(67.225)	(60.654)
(+/–) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**(3.110)**	**(6.360)**
Valor de mercado – ativos mantidos até o vencimento	(3.110)	(6.360)
(+/–) Ajustes do PLA nível 1	**(113.461)**	**(210.245)**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (–)	(56.807)	(95.143)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (–)	(56.654)	(115.102)
PLA de nível 1	**1.067.280**	**842.290**
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	255.828	88.723
PLA de nível 2	**255.828**	**88.723**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	56.807	95.143
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	56.654	115.102
PLA de nível 3	**113.461**	**210.245**
Excesso de Nível 3 (–)	–	(64.219)
Excesso de níveis 3	**–**	**(64.219)**
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.436.569**	**1.077.039**
Capital base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco (II)	**1.058.057**	**973.507**
Capital de risco de subscrição	990.077	913.404
Capital de risco de mercado	54.411	57.395
Capital de risco de crédito	36.087	28.947
Capital de risco operacional	34.259	29.091
Benefício da correlação entre riscos	(56.777)	(55.330)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**1.058.057**	**973.507**
Suficiência de capital	**378.512**	**103.532**

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	17.218	143.024
	17.218	**143.024**

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros	189	–	189	169	–	169
	189	**–**	**189**	**169**	**–**	**169**
Fundos exclusivos						
LTNs	395.175	–	395.175	–	–	–
LFTs	201.302	–	201.302	282.570	–	282.570
Letras financeiras - privadas	–	51.430	51.430	–	11.381	11.381
Cotas de fundos	42.522	–	42.522	36.900	–	36.900
Ações de companhias abertas	16.536	–	16.536	20.179	–	20.179
NTNs - B	856	–	856	–	–	–
Outros	–	68.627	68.627	–	5.966	5.966
	656.391	**120.057**	**776.448**	**339.649**	**17.347**	**356.996**
	656.580	120.057	776.637	339.818	17.347	357.165
Circulante			776.393			356.996
Não circulante			244			169
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**38%**			**21%**

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2023 Nível 1	Dezembro de 2022 Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B	973.406	910.227
LTNs	–	187.655
	973.406	**1.097.882**
Circulante	–	187.655
Não circulante	973.406	910.227
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**48%**	**66%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 1.010.467 (R$ 1.169.712 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B	291.508	200.837
LTNs	–	11.702
	291.508	**212.539**
Circulante	–	11.702
Não circulante	291.508	200.837
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	**14%**	**13%**

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 286.325 (R$ 201.940 em 31 de dezembro de 2022).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.810.610**	**1.428.905**
Aplicações	1.599.137	1.964.812
Resgates	(1.597.412)	(1.704.093)
Rendimentos	211.666	108.119
Ajuste a valor de mercado	34.768	12.867
Saldo final	**2.058.769**	**1.810.610**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo circulante (*)	4.211.992	3.831.834
Passivo circulante	3.365.234	3.113.637
Índice de liquidez corrente	**1,25**	**1,23**

(*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Equivalentes de caixa (*)	11,63	13,63
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA	4,09	3,97
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,14	0,07
LTNs	11,05	–
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	3,99	3,98
LTNs	–	11,98

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2023			Dezembro de 2022		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber-líquido
Automóveis	1.207.978	(1.532)	1.206.446	1.123.941	(2.907)	1.121.034
Resp. Civil facultativa - RCF	403.721	(380)	403.341	373.613	(838)	372.775
Assistência e outras coberturas - Auto	210.910	(7)	210.903	167.511	(59)	167.452
	1.822.609	**(1.919)**	**1.820.690**	**1.665.065**	**(3.804)**	**1.661.261**

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
A vencer	1.641.527	1.507.604
Vencidos de 1 a 30 dias	155.096	132.944
Vencidos de 31 a 60 dias	23.087	21.993
Vencidos de 61 a 120 dias	1.349	1.790
Acima de 120 dias	1.550	734
	1.822.609	**1.665.065**
Redução ao valor recuperável	(1.919)	(3.804)
	1.820.690	**1.661.261**

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**1.661.261**	**1.295.870**
Prêmios emitidos	5.250.435	4.835.758
IOF	369.612	340.158
Adicional de fracionamento	35.752	36.466
Prêmios cancelados	(271.417)	(258.667)
Recebimentos	(5.226.838)	(4.590.718)
Provisão para riscos de créditos	1.885	2.394
Saldo final	**1.820.690**	**1.661.261**

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**(3.804)**	**(6.198)**
Provisões constituídas	(45.933)	(54.635)
Reversões e baixas	47.818	57.029
Saldo final	**(1.919)**	**(3.804)**

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
	1 a 5	41%	44%
Automóvel	6 a 11	45%	44%
	12	14%	12%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i)	86.041	157.077
Imposto de renda	538	478
Outros	89	5
	86.668	**157.560**
Circulante	627	483
Não circulante	86.041	157.077

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	36.487	–	(36.487)	–
	36.487	**–**	**(36.487)**	**–**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	25.447	2.304	–	27.751
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros	55.727	–	(33.174)	22.553
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados	12.767	119	–	12.886
Provisões não dedutíveis	8.081	–	(1.801)	6.280
Provisão de participação de lucros	7.899	–	(1.831)	6.068
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS	6.386	(1.230)	–	5.156
Provisão fiscal - outras	3.478	287	–	3.765
Provisão para processos judiciais	805	777	–	1.582
	157.077	**2.257**	**(73.293)**	**86.041**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:11:55 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2024	64.427
2025	12.759
2026	507
2027	39
2028	35
2029 a 2031	83
Após 2031	8.191
Total - ativo	**86.041**

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2022	Constituição	Reversão	Dezembro de 2023
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	26.994	–	(26.994)	–
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	9.589	11.456	–	21.045
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis	2.265	–	(1.343)	922
	38.848	**11.456**	**(28.337)**	**21.967**

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	701.068	(23.935)
(–) Participações nos resultados	(12.509)	(5.276)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**688.559**	**(29.211)**
Alíquota vigente	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(275.424)**	**11.684**
Inovação tecnológica	2.135	2.368
Incentivos	1.373	–
Juros sobre capital próprio	–	29.200
Outros	8.083	1.024
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**11.591**	**32.592**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	**(263.833)**	**44.276**
Taxa efetiva (D/A)	**38,3%**	**151,6%**

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (*)	34.216	32.988
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	15.849	15.142
Programa de Integração Social (PIS) (*)	14.225	15.567
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	7.223	6.795
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	7.170	6.744
INSS - autônomos (*)	2.662	2.491
Outros depósitos cíveis, fiscais e trabalhistas	8.839	6.575
	90.184	**86.302**

(*) Vide nota explicativa nº 20.1(a).

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Bens à venda - salvados (i)	55.151	72.191
Direito a salvados - estimado (ii)	28.090	25.164
Imóveis a Venda	–	2.505
Almoxarifado	309	446
	83.550	**100.306**
Circulante	70.743	80.980
Não circulante	12.807	19.326

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*)

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Permanência até 30 dias	8.700	17.875
Permanência de 31 a 60 dias	22.487	21.395
Permanência de 61 a 120 dias	16.834	18.172
Permanência de 121 a 365 dias	16.167	24.184
Permanência acima de 365 dias	17.082	17.397
	81.270	**99.023**
Redução ao valor recuperável	(26.119)	(26.832)
	55.151	**72.191**
Circulante	42.344	53.317
Não circulante	12.807	18.874

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.073	11,9%	7.409	8,7%
2º mês	4.576	52,2%	3.568	54,6%
3º mês	2.519	23,3%	1.989	24,1%
4º mês	1.805	6,2%	1.460	6,5%
5º mês	1.395	3,0%	1.206	3,0%
6º mês	1.146	1,6%	1.044	1,4%
7º mês	1.004	0,8%	939	0,6%
8º mês	870	0,5%	841	0,5%
9º mês	747	0,3%	757	0,3%
10º mês	670	0,1%	687	0,2%
11º mês	583	0,1%	617	0,1%
12º mês	513	0,0%	555	0,0%
13º ao 18º mês	1.977	0,0%	2.389	0,0%
19º ao 24º mês	861	0,0%	1.235	0,0%
25º ao 30º mês	305	0,0%	426	0,0%
31º ao 36º mês	46	0,0%	42	0,0%
	28.090	**100,0%**	**25.164**	**100,0%**
Circulante	28.090		24.712	
Não circulante	–		452	

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Automóvel	451.470	394.499
	451.470	**394.499**
Circulante	451.461	394.481
Não circulante	9	18

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2022.

13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**394.499**	**360.236**
Constituição	891.012	783.718
Apropriação para despesa	(834.041)	(749.455)
Saldo final	**451.470**	**394.499**

14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Dezembro de 2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Dezembro de 2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	–	19.120	–	19.120	47.732	–	47.732
Edificações (*)	2,1 a 3,33	49.078	(11.545)	37.533	77.858	(15.583)	62.275
Imóveis de uso		**68.198**	**(11.545)**	**56.653**	**125.590**	**(15.583)**	**110.007**
Informática	25,0	16.471	(14.199)	2.272	16.241	(12.692)	3.549
Móveis máq. e utensílios	10,0	1.926	(1.537)	389	2.085	(1.584)	501
Outras Imobilizações	10,0	1.160	(883)	277	1.207	(792)	415
Bens móveis de uso		**19.557**	**(16.619)**	**2.938**	**19.533**	**(15.068)**	**4.465**
		87.755	**(28.164)**	**59.591**	**145.123**	**(30.651)**	**114.472**

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/transferência	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Terrenos (i)	47.732	–	(620)	–	(27.992)	19.120
Edificações (i)	62.275	–	(3.532)	(1.051)	(20.159)	37.533
Imóveis de uso	**110.007**	**–**	**(4.152)**	**(1.051)**	**(48.151)**	**56.653**
Informática	3.549	469	–	(1.746)	–	2.272
Móveis máq. e utensílios	501	25	(45)	(92)	–	389
Outras Imobilizações	415	12	–	(150)	–	277
Bens móveis de uso	**4.465**	**506**	**(45)**	**(1.988)**	**–**	**2.938**
	114.472	**506**	**(4.197)**	**(3.039)**	**(48.151)**	**59.591**

(i) Referem-se a imóveis transferidos para Porto Cia e Porto Seguro S.A.

15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2023 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Dezembro de 2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	96.020	(29.175)	66.845	81.179	(20.904)	60.275
Outros intangíveis	20,0	380	–	380	380	–	380
		96.400	**(29.175)**	**67.225**	**81.559**	**(20.904)**	**60.655**

15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	Movimentações: Aquisições	Despesas de amortização	Baixas	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
"Software"	60.275	18.159	(8.272)	(3.317)	66.845
Outros intangíveis	380	–	–	–	380
	60.655	**18.159**	**(8.272)**	**(3.317)**	**67.225**

16. CONTAS A PAGAR

16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Transações com partes relacionadas (i)	39.697	33.276
Participação nos lucros a pagar	18.709	15.525
Provisão de benefícios a empregados	3.616	2.881
Outras obrigações	1.266	4.229
	63.288	**55.911**
Circulante	59.672	53.030
Não circulante	3.616	2.881

(i) Vide nota explicativa nº 30.

16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
IOF	123.266	112.731
Impostos sobre serviços retidos	3.444	2.182
INSS e FGTS	3.034	1.792
Imposto de renda retido na fonte	1.227	2.399
Outros	8.463	9.697
	139.434	**128.801**

17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Prêmios e emolumentos recebidos	8.772	–	8.772
Cobrança antecipada de prêmios	344	28	372
Total 31 de dezembro de 2023	**9.116**	**28**	**9.144**
Total 31 de dezembro de 2022	**6.598**	**105**	**6.703**

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2023 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Dezembro de 2022 Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.560.624	2.560.624	2.419.941	2.419.941
Sinistros e benefícios a liquidar	513.244	512.171	434.111	432.134
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	44.969	44.969	46.570	46.570
Demais provisões	17.886	17.886	21.280	21.280
Total	**3.136.723**	**3.135.650**	**2.921.902**	**2.919.925**
Circulante	3.037.339		2.831.323	
Não circulante	99.384		90.579	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.462.922**	**4.879**
Constituições decorrentes de prêmios	4.554.034	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.101.593)	–
Aviso de sinistros	3.287.519	(3.216)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.297.864)	(460)
Atualização monetária e juros	16.884	773
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.921.902**	**1.976**
Constituições decorrentes de prêmios	4.953.208	–
Diferimento pelo risco decorrido	(4.812.526)	–
Aviso de sinistros	2.898.176	(1.131)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.842.209)	–
Atualização monetária e juros	18.172	228
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.136.723**	**1.073**

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Total das provisões técnicas (A)	**3.136.723**	**2.921.902**
Direitos creditórios (i)	1.497.801	1.385.743
Custos de aquisição diferidos pagos	392.454	336.525
Operações com resseguradoras	1.073	1.976
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**1.891.328**	**1.724.245**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**1.245.395**	**1.197.657**
Quotas de fundos de investimento	973.406	363.191
Títulos de renda fixa - públicos	590.827	1.097.882
Títulos de renda fixa - privados	54	–
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	**1.564.287**	**1.461.073**
Excedente (E - C)	**318.892**	**263.416**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados										
até a data-base	1.303	1.490	1.766	1.736	1.861	2.141	1.861	2.479	3.142	2.731
Dois anos mais tarde	1.318	1.502	1.781	1.745	1.877	2.171	1.906	2.555	3.239	–
Três anos mais tarde	1.321	1.505	1.783	1.747	1.880	2.174	1.910	2.562	–	–
Quatro anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.881	2.176	1.912	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.881	2.177	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.322	1.506	1.784	1.748	1.882	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.323	1.506	1.785	1.749	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.323	1.506	1.785	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.323	1.507	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.323	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**1.323**	**1.507**	**1.785**	**1.749**	**1.882**	**2.177**	**1.912**	**2.562**	**3.239**	**2.731**

Administrativo	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos										
até a data-base	1.146	1.304	1.573	1.539	1.640	1.897	1.631	2.129	2.840	2.404
Dois anos mais tarde	1.320	1.502	1.784	1.749	1.882	2.172	1.907	2.554	3.238	–
Três anos mais tarde	1.326	1.506	1.788	1.751	1.885	2.176	1.912	2.561	–	–
Quatro anos mais tarde	1.332	1.507	1.789	1.752	1.886	2.178	1.912	–	–	–
Cinco anos mais tarde	1.336	1.507	1.789	1.753	1.886	2.176	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	1.338	1.507	1.789	1.753	1.882	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	1.340	1.507	1.789	1.748	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	1.342	1.507	1.785	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	1.342	1.506	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	1.323	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**1.323**	**1.506**	**1.785**	**1.748**	**1.882**	**2.176**	**1.912**	**2.561**	**3.238**	**2.404**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros avisados										
até a data-base	6	5	9	11	8	9	12	15	19	19
Dois anos mais tarde	9	11	18	19	15	20	23	27	32	–
Três anos mais tarde	15	18	21	23	19	24	26	30	–	–
Quatro anos mais tarde	22	19	23	27	22	26	27	–	–	–
Cinco anos mais tarde	20	20	25	28	23	26	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	20	21	26	28	23	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	21	21	27	28	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	22	22	27	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	22	21	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	22	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	**22**	**21**	**27**	**28**	**23**	**26**	**27**	**30**	**32**	**19**

Judicial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Dezembro 2023
Montante de sinistros pagos										
até a data-base	2	2	3	3	4	3	3	4	6	6
Dois anos mais tarde	177	5	7	10	9	10	8	11	14	–
Três anos mais tarde	183	9	13	14	12	13	12	15	–	–
Quatro anos mais tarde	189	13	16	18	14	16	14	–	–	–
Cinco anos mais tarde	192	15	18	20	16	18	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	194	17	20	21	17	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	196	18	21	22	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	198	19	22	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	199	18	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	20	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos	**20**	**18**	**22**	**22**	**17**	**18**	**14**	**15**	**14**	**6**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:12:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2023		Dezembro de 2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**97.396**	**95.419**	**88.668**	**83.803**
Total pago no período	(31.378)	(31.378)	(27.710)	(27.382)
Novas constituições no período	1.518	1.518	1.791	1.791
Baixas da provisão por êxito	(18.780)	(18.780)	(25.607)	(25.607)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	37.733	38.637	43.061	45.621
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	17.754	17.754	17.193	17.193
Saldo final	**104.243**	**103.170**	**97.396**	**95.419**
Quantidade de processos	3.302		2.502	

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	70.942	69.163
Cíveis	3.139	2.773
Trabalhistas	534	83
Total	**74.615**	**72.019**

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS (i)	34.475	33.228
PIS (ii)	14.181	13.706
REFIS (v)	12.001	11.492
INSS - autônomos (iii)	2.662	2.491
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	8	1.146
Outras	7.615	7.100
	70.942	**69.163**

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**69.163**	**83**	**2.773**	**72.019**
Constituições	–	8	1.020	1.028
Encerramento êxito/reversões	–	–	(335)	(335)
Pagamentos	–	(8)	(513)	(521)
Atualização monetária	1.779	451	194	2.424
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**70.942**	**534**	**3.139**	**74.615**
Quantidade de processos	17	3	104	124

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais (a)	171.471	160.987
Cíveis	11.583	10.131
Trabalhistas	17	41
Total	**183.071**	**171.159**

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R$ 114.447 (R$ 82.339 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 27.359 (R$ 17.799 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 922.331, dividido em 2.200 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R$ 975.628, dividido em 2.308 unidades em 31 de dezembro de 2022). As aprovações de aumento/redução de capital realizadas pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2023 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R$
03 de abril de 2023	1.380	20.000
06 de abril de 2023	1.385	62.050
13 de abril de 2023	1.392	46.000
25 de julho de 2023	1.548	(53.297)
		74.753

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R$ 2.009 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 314 em 31 de dezembro de 2022). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 116.358 (R$ 95.123 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, seu saldo era de R$ 231.036 (R$ 122.880 em 31 de dezembro de 2022).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 31 de janeiro de 2023, no montante de R$ 57.000, a distribuição de dividendos, sendo R$ 53.343 complemento do dividendo mínimo obrigatório de 2022 e R$ 3.657 à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou em 27 de fevereiro de 2023, 31 de março de 2023, 28 de abril de 2023, nos montantes de R$ 22.000, R$ 18.000, R$ 29.000, respectivamente, a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia aprovou em 28 de julho de 2023, no montante de R$ 175.000, a distribuição de dividendos à conta de lucros acumulados a serem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	424.726	15.065
(–) Reserva legal - 5%	(21.236)	(753)
Realização da reserva de reavaliação	2.009	314
Lucro básico para determinação do dividendo	**405.499**	**14.626**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**101.375**	**3.656**
Dividendos mínimos obrigatórios	101.375	3.656
Dividendos intermediários	73.625	–
Total de dividendos e JCP	**175.000**	**3.656**
Total por ação (R$)	**79,54545**	**1,58406**

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento da Companhia.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do grupo Porto.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Companhia e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Companhia e de suas controladas, diretas ou indiretas.

As ações entregues aos beneficiários dos programas estão sujeitas a períodos de vesting que variam de 6 meses a 3 anos, conforme o programa. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do mês imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

O Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"), que deixou de produzir efeitos, exceto com relação aos direitos já outorgados, que permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano 2018 destinava-se aos diretores estatutários da Companhia e/ou das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária, direta ou indiretamente, conforme determinação do Comitê de Remuneração, refletindo o pagamento de parte de sua remuneração variável anual. No Plano 2018, a efetiva transferência das ações aos beneficiários está sujeita ao período de vesting de 3 anos. A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano 2018 ocorre mediante à entrega de ações emitidas pela Companhia mantidas em tesouraria. As ações são avaliadas com base em seu preço de cotação no fechamento do último pregão do exercício social imediatamente anterior à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano 2018.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**8.716**	**5.373**
Diferimento do período	4.711	6.052
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(4.046)	(2.709)
Saldo final	**9.381**	**8.716**
Valor de mercado médio ponderado (R$)	**25,59**	**24,14**

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	**326.898**	**107.564**
Diferimento do período	163.932	219.239
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(128.324)	95
Saldo final	**362.506**	**326.898**

22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2023				Dezembro de 2022			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	3.308.631	3.251.203	50,4	20,6	3.108.476	2.765.200	67,6	22,2
Resp. Civil Facultativa	1.089.535	1.062.194	56,9	17,3	996.274	900.469	62,2	18,3
Assistência e outras coberturas auto	555.042	499.129	110,2	17,9	449.284	435.925	106,0	18,9
	4.953.208	**4.812.526**	**58,1**	**19,6**	**4.554.034**	**4.101.594**	**70,3**	**21,0**

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Provisão de prêmios não ganhos	(139.576)	(448.012)
Provisão de riscos não expirados	(1.106)	(4.428)
	(140.682)	**(452.440)**

24. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Sinistros avisados - administrativos	(2.674.723)	(2.891.930)
Porto Socorro	(452.998)	(361.020)
Sinistros avisados - judiciais	(17.578)	(17.450)
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	6.447	(16.192)
Ressarcimentos	47.375	36.495
Salvados	368.651	441.550
Outras despesas com sinistros (*)	(71.564)	(75.384)
	(2.794.390)	**(2.883.931)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros etc).

25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Comissões sobre prêmios retidos	(891.183)	(784.486)
Outras despesas de comercialização	(108.954)	(109.527)
Variação das despesas de comercialização diferidas	56.971	34.263
	(943.166)	**(859.750)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Receitas com operações de seguros	13.374	4.090
Total de outras receitas	**13.374**	**4.090**
Despesas com cobrança	(34.963)	(28.379)
Despesas com sistema de riscos	(18.785)	(13.201)
Despesas com encargos sociais	(8.215)	(7.821)
Despesas com serviços de assistência	(8.208)	(33.651)
Provisão de desvalorização de salvados	713	(3.228)
Outras	549	71
Total de outras despesas	**(68.909)**	**(86.209)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(55.535)**	**(82.119)**

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Despesas recuperadas (*)	(279.320)	(239.564)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(76.936)	(72.577)
Serviços de terceiros	(37.122)	(33.314)
Localização e funcionamento	(27.536)	(19.732)
Outras	(7.204)	(2.046)
	(428.118)	**(367.233)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto (vide nota explicativa nº 30).

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
COFINS	(93.945)	(53.165)
PIS	(15.196)	(8.331)
Outras	(5.224)	(4.815)
	(114.365)	**(66.311)**

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação e disponíveis para venda	119.445	31.873
Juros de títulos disponíveis para a venda	92.221	76.247
Adicional de fracionamento de prêmios	35.752	37.281
Outras	9.422	9.501
Total de receitas financeiras	**256.840**	**154.902**
Operações de seguros	(18.259)	(16.177)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(16)	(45)
Outras	(16.313)	(9.601)
Total de despesas financeiras	**(34.588)**	**(25.823)**
Resultado financeiro	**222.252**	**129.079**

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia;

(ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;

(iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;

(iv) Convênio de utilização do meio de pagamento com cartão de crédito com a Portoseg;

(v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Ativo		
Portoseg	851.407	749.994
	851.407	**749.994**
Passivo		
Porto Cia	38.935	33.275
Porto Seguro S.A.	761	–
Outros	1	–
	39.697	**33.275**

	Despesas	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Demonstração do resultado		
Porto Assistência	(425.360)	(181.463)
Porto Cia.	(319.062)	(496.531)
Portoseg	(12.804)	(4.711)
Porto Seguro S.A.	(11.727)	(4.160)
Porto Atendimento	(9.094)	(6.823)
Outros	(8.576)	(4.065)
	(786.623)	**(697.754)**

30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Participação nos lucros - administradores	6.508	–
Honorários de diretoria e encargos	919	940
	7.427	**940**

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 22 de fevereiro de 2024 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

continua

DocuSigned by
Eduan
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:13:05 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 108FDD4E-72E1-4C1E-B65C-8BEF8BCE5559

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Porto Seguro

continuação

DIRETORIA

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PATRICIA CHACON JIMENEZ
COO (Chief Operating Officer) – Seguros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

GILMAR PIRES RODRIGUES
Diretor de Produto - Automóvel

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor de Atendimento

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contador - CRC 1SP 255783/O-1

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Azul Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas n° 3.10 e 19, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R$ 3.136.723 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n° 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora - CRC-SP198827/O

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP
CNPJ: 33.448.150/0001-11

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/02/2024 | 23:13:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/